

O novo embate de idéias e projetos de sociedade

Marcio Pochmann*

Em pleno começo do século XXI, o mundo é palco de um novo e intenso embate em torno de idéias e projetos distintos de construção social. No rastro dos programas neoliberais de ajustes estruturais implementados no final da década de 1970 nos países do centro do capitalismo mundial e adotados, a partir dos anos 1980, sob a denominação de Consenso de Washington, pelas nações periféricas, tem-se difundido nos últimos tempos, como hipótese de construção política, um projeto de sociedade associado ao processo de globalização financeira mundial.

Os atores internacionais que figuram no centro de formulação dessa agenda global estendem invariavelmente seu raio de ação às suas respectivas ramificações nacionais. Em síntese, buscam promover a regulação competitiva na repartição da renda e riqueza tanto por parte da política administrativa das corporações transnacionais (responsabilidade empresarial) como por meio do enxugamento do papel do Estado, que paulatinamente se tem transformado em mero reprodutor de ações internas voltadas à regulação competitiva dos capitais e a políticas sociais cada vez mais distantes do caráter universal.

Além disso, o avanço tecnológico, combinado à difusão de múltiplas cadeias de produção mundial, vem consolidando um novo padrão de diferenciação entre as formas de trabalho: trata-se de distinção entre trabalho de concepção e trabalho de execução. Geograficamente, então, assiste-se à conformação de uma nova Divisão Internacional do Trabalho, que concentra, sobretudo nos países centrais, o trabalho de concepção, caracterizado pela crescente exigência de educação e qualificação profissional, por remunerações médias superiores e por condições e

¹ Professor licenciado do Instituto de Economia e Pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. Presidente do IPEA. IPEA - Brasília – Presidência SBS. Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES 70076-900 – Brasília – DF. E-mail: pochmann@eco.unicamp.br.

relações de trabalho mais civilizadas, enquanto que os países periféricos acabam por se especializar no chamado trabalho de execução, geralmente desqualificado, sub-remunerado e associado a condições de exploração comparáveis ao século XIX (padrão de trabalho asiático).

Nesses termos, instituições não-governamentais vinculadas aos grandes grupos econômicos transnacionais e a diversos organismos não-governamentais tendem a voltar sua atenção para a defesa de ações pontuais e focalizadas na regulação social competitiva investindo, por exemplo, na construção de uma escola, de uma creche e de outros centros de formação educacional. Em síntese, trata-se da disseminação do que se poderia definir como *neodarwinismo social*, doutrina de ação política relacionada fundamentalmente à emulação do individualismo competitivo. Na maior parte das vezes, as iniciativas que se inscrevem sob esta rubrica resultam de campanhas supranacionais de caráter assistencial e mercadológico, que reproduzem a retórica e a agenda da responsabilidade social patronal e do estímulo voluntário assistencial, mantendo-se todavia sempre à margem da regulação pública ou estatal.

Na mesma medida, como produto decorrente do espraiamento hegemônico da globalização, um processo que constitui e isola rapidamente uma casta político-econômica mundialmente privilegiada – beneficiária dos ganhos provenientes da financeirização da riqueza em escala planetária –, tem ganhado dimensão crescente a idéia de reformatação das políticas sociais nacionais de caráter universal. Essa nova tendência, entretanto, é motivada direta ou indiretamente pelas próprias agências multilaterais engajadas num projeto de sociedade calcado na disjuntiva: desemprego ou emprego precário (trabalho de execução).

Em vista disso, observa-se o inegável esforço pela busca da acomodação política em contextos nacionais crescentemente marcados por maior polarização e exclusão social. Esses contextos acabam por ensejar certa regressão de estruturas sociais que anteriormente se encontravam fundamentadas nas lutas sociais subseqüentes ao desenvolvimento fordista do capitalismo do final do século XIX (*desaburguesamento* das classes médias assalariadas e *desproletarização* da classe operária). Ou seja, trata-se da velha agenda civilizatória, cujas prescrições fundamentais – estudo na faixa etária 7 a 14 anos, trabalho regulado a partir dos 15 anos de idade, jornada de 48 horas semanais e aposentadoria no fim da vida, acompanhada da segurança social contra os riscos do trabalho – defini-

am padrões sociais mais homogêneos, equiparados s pelo consumo de massa dos bens duráveis.

Nos dias de hoje, está em curso a tentativa de construção de uma maioria política revestida com aparência de coalizão de classes, um projeto que compreende, no plano nacional, desde o grupo das famílias ricas e beneficiárias do ciclo da financeirização da riqueza até segmentos extremamente miseráveis da população, geralmente pouco assistidos pelas políticas sociais tradicionais. A emergência desse novo tipo de aliança política termina por isolar e enfraquecer os estratos sociais de baixa renda e de nível médio organização, geralmente integrados aos sindicatos, partidos políticos e demais associações. Nesse sentido, o que temos constatado é o processo de desconstrução da base social que definiu a antiga separação ideológica de direita e esquerda, conforme bem destaca o professor Marcos Nobre. Frente à emergência de uma base social mais simplificada, os termos da polarização entre esquerda e direita tendem a assumir outras dimensões.

De certa forma, o deslocamento desses termos reflete a regressão ou a paulatina revogação do conjunto de medidas direcionadas à proteção social de caráter universal, implementadas durante a fase de constituição (completa ou não) das sociedades salariais do século XX. Com as reformas liberalizantes, os fundos públicos nacionais são reorientados para a sustentação do circuito da financeirização da riqueza (os novos ricos mundiais) e das medidas de complementação focalizada e assistencial de renda às camadas miseráveis da população.

Sem resolver o problema da crescente desigualdade de renda e riqueza, a nova polarização entre ricos e pobres tende a ser acomodada por medidas funcionais simultaneamente relativas à pobreza e à riqueza. Com isso, no entanto, os fundos públicos originados pela luta política dos segmentos sociais mais organizados são reformulados e desvinculados de suas receitas originárias, distanciando-se, assim, das referências que os balizavam, fundadas na progressividade da tributação sobre a renda dos ricos e na universalidade da proteção social (gastos com saúde, educação, pleno emprego e assistência social).

Assim, o núcleo essencial de diferenciação entre esquerda (igualdade) e direita (liberdade) adquire nova dimensão interpenetra no embaite produzido pelas reformas liberalizantes, que, ao apontarem para a retirada do caráter universal das políticas sociais, viabilizam um maior

contingenciamento dos recursos orçamentários necessários à sustentação combinada de pagamentos dos serviços financeiros e dos programas focalizados de renda aos segmentos extremamente miseráveis e desorganizados. É por essa razão que a propaganda mercadológica evidencia-se no enfraquecimento do sistema de proteção social de caráter universal, cada vez mais identificado com privilégios das classes médias e de baixa renda organizadas e, em conseqüência, mais favorável à renovação do assistencial-clientelismo.

A perspectiva atual encontra resistência nas concepções políticas e ideológicas que convergem com o projeto de inclusão social universal e emancipatório. Na mesma direção em que condenam o atual processo de financeirização da riqueza que resulta da implementação dos programas de ajuste estrutural e da condução de políticas econômicas e sociais neoliberais, colocam-se favoráveis à construção de uma nova maioria política que concilie o conjunto de atores derrotados (capital produtivo e estratos sociais organizados, como trabalhadores e seus sindicatos, associações de bairros e entidades típicas de classe média) e aponte para a retomada sustentada das atividades econômicas com redistribuição da renda e riqueza e democratização das estruturas de poder.

Mesmo que a convergência entre segmentos tão heterogêneos seja de difícil viabilidade política, isso não parece significar, necessariamente, a sua impossibilidade prática num ambiente tão hostil à organização regulada do capital produtivo e à estruturação de políticas universais de proteção social. Uma nova maioria política com esses propósitos parece estar em construção, já presente em algumas escalas localizadas, especialmente quando se trata de observar evidências factíveis e viáveis de políticas públicas comprometidas com a emancipação social, política e econômica da população excluída (pobres em geral, negros, mulheres chefes de família, idosos, ente outros).

Por isso, a construção de uma nova agenda civilizatória comprometida com a reconstrução da sociabilidade perdida deve dar ênfase à liberação do homem do trabalho heterônomo. Essa agenda, cuja pauta ainda se delineia, estabelece, entre outros princípios, o ingresso no mercado de trabalho para além dos 25 anos, a educação ao longo da vida, a jornada de trabalho inferior a 20 horas semanais e crescente presença de atividades ocupacionais úteis à sociabilidade, como cuidadores sociais, entretenimento e outras. A base material necessária à sustentação desse

novo patamar civilizatório global já existe, tendo em vista o crescente ganho de produtividade (física e imaterial) oriundo do capitalismo pós-industrial deste começo de século XXI.

A reafirmação do projeto de sociedade protagonizado pela progressividade tributária e pela ampliação do gasto social capaz de gerar autonomização e empoderamento do conjunto dos povos no mundo transforma-se no novo embate de idéias e ações em oposição ao que parece estar em curso no mundo. O choque redistributivo e o apoio ao desenvolvimento socioeconômico sustentável encontram oposição direta na agenda social do *neodarwinismo*, apontando, cada vez mais, para o novo sentido das disputas entre esquerda e direita.

Recebido e aprovado para publicação em novembro de 2007.